

## DIÁLOGO FLORESTAL

**\* Roberto Rodrigues**

Instituições multilaterais sob a liderança da ONU vem reiterando suas preocupações com respeito à segurança alimentar em todo o mundo, apontando para a hipótese de, em 2050, a população planetária chegar a 9 bilhões de pessoas, exigindo um aumento de mais de 50% na produção de alimentos sobre o volume atual de colheitas.

Por trás dessa tese, está o fantasma da guerra: não pode haver paz enquanto houver fome, de modo que o combate a esta tragédia universal é imperativo para os governos de qualquer país em todos os continentes.

A FAO, Organização das Nações Unidas que trata de agricultura e alimentação, e a OCDE, fizeram um estudo mais moderado no final de 2011 olhando para 2020, a partir do convencimento de que até 2050 muita coisa acontecerá em todos os setores econômicos, sociais e tecnológicos que pode mudar o cenário de 9 bilhões de terráqueos. Este trabalho concluiu que a oferta de alimentos precisa crescer 20% até 2020, em 10 anos portanto. E aponta onde esse crescimento se dará: a União Européia só pode crescer 4%, EUA e Canadá no máximo 15% e os grandes países da Eurásia (Rússia, China e Índia) podem avançar algo em torno de 27%. Sendo assim, para que a média global atinja os 20%, o Brasil terá que aumentar sua produção de alimentos em 40%.

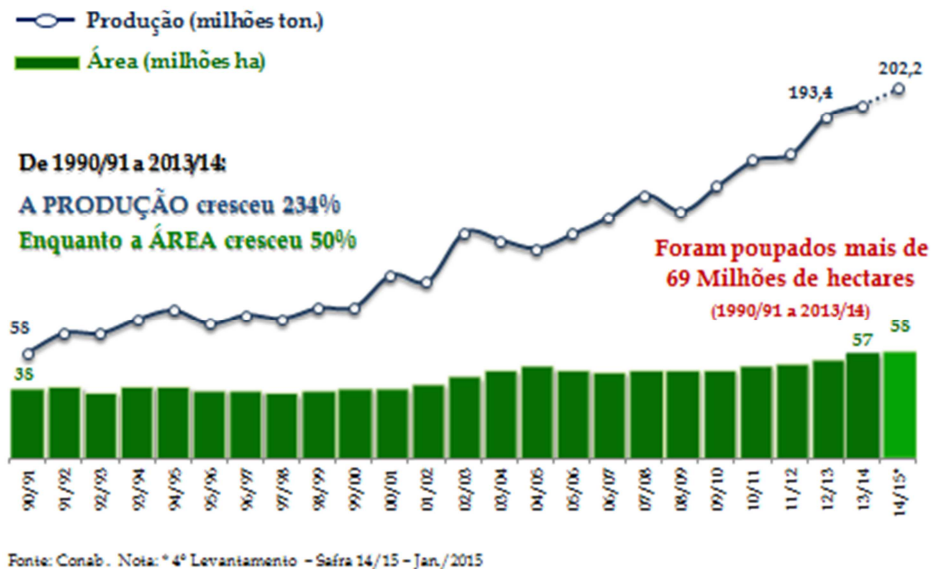
Esta visão está baseada em algumas premissas: temos terra suficiente para isso, moderna tecnologia tropical e gente competente, entre outros fatores.

Com efeito, atualmente usamos 9,4% do território nacional com todas as plantas cultivadas (cerca de 80 milhões de hectares) para alimentos, fibras e energia, além de outros 20% com pastagens.

A área de pastagem vem diminuindo sobretudo porque novas tecnologias aplicadas na pecuária de corte viabilizam maior produção de carne por hectare. Com isto, áreas de pastos vêm sendo substituídas por agricultura ou floresta plantada.

Já no caso da agricultura, os dados são espetaculares. Nos últimos 23 anos a área plantada com grãos cresceu 50% em todo país, enquanto a produção aumentou 234%. Dados os incrementos de produtividade por hectare foi possível crescer nas safras de grãos com redução do desmatamento, de modo que cerca de mais de 60 milhões de hectares e cerrados e/ou florestas foram preservados.

## Produção Brasileira de Grãos



Por outro lado, existe ainda um potencial teórico para a expansão da atividade agrícola de cerca de 80 milhões de hectares. Na prática, todavia, aproximadamente 15 milhões destes poderão ser efetivamente cultivados, uma vez que os restantes 65 milhões estão legalmente inabilitados por se constituírem em parque nacionais, reservas florestais, terras indígenas e outras finalidades. E destes 15 milhões de hectares a serem agricultados, 2/3 virão de pastagens degradadas e o terço restante dos desmatamentos legais.

Com este acréscimo e mais o aumento de produtividade nas áreas já cultivadas temos condições reais de atender a expectativa da FAO/OCDE para 2020.

É também evidente que, para isso, há que enfrentar alguns gargalos que inibem o avanço concreto do agronegócio nacional, entre os quais o da logística e infraestrutura. Mas com a esperada retomada das concessões de rodovias e ferrovias, com a nova lei dos portos, com o crescente financiamento para armazenagem, todos pontos relacionados ao PAC, há expectativa de que este tema finalmente seja atacado pelos governos, inclusive com Parcerias Público-Privadas.

Uma política de renda para o campo também é necessária para que a estabilidade na atividade produtiva seja garantida. Estamos mergulhados em um vigoroso trabalho que gere políticas para estas questões, enfocando a modernização do crédito rural, o estabelecimento de um efetivo seguro agrícola (inclusive de renda como acontece há décadas nos países desenvolvidos), de preços de garantias e mecanismos de comercialização.

Também uma política comercial mais agressiva é necessária, especialmente com vistas a acordos bilaterais com grandes países consumidores, ao mesmo tempo em que devemos seguir lutando pela redução do protecionismo dos países ricos discutida na rodada de Doha da OMC. Mesmo quanto ao Mercosul, é necessária uma certa independência para podermos avançar em acordos desta natureza que, por sinal, devem contemplar a questão da agregação de valor: devemos verticalizar a produção agropecuária através da indústria de alimentos e fibras para melhorar nosso perfil exportador, hoje majoritariamente composto por matérias primas, embora estas tenham importância central no combate à fome.

Há muitos outros gargalos a enfrentar, como a questão sanitária (tanto animal quanto vegetal), a necessidade de mais recursos para inovação tecnológica, a reforma de legislações superadas como a trabalhista, a melhor organização do setor privado, especialmente no cooperativismo (que já vem avançando significativamente, respondendo por mais de 40% do valor da produção agropecuária brasileira), etc. Estamos avançando em todos esses temas, nem sempre com a velocidade necessária, mas avançamos.

Afinal, o agronegócio representa 23% do PIB nacional, gera 1/3 de todos os empregos e responde pelo saldo comercial positivo do país. Merece, portanto, maior atenção.

Mas nem isso tudo é suficiente.

Segurança alimentar precisa ser garantida com sustentabilidade na produção: a terra precisa cumprir sua função social que vai além de apenas produzir; tem que gerar empregos cidadãos e preservar os recursos naturais essenciais.

Neste quesito também progredimos, mas ainda falta muito.

O aumento da produtividade dos grãos, por exemplo, preservou mais de 60 milhões de hectares, como já vimos.

O etanol emite apenas 11% do CO<sub>2</sub> que a gasolina emite, mitigando com isso o aquecimento global. E a cogeração de eletricidade a partir do bagaço e da palha da cana é muito bem vinda.

O programa ABC, se integralmente cumprido fará com que o agronegócio atenda às demandas do IPCC quanto à redução de emissão dos gases de efeito estufa. Dentre os projetos do ABC está o ligado a área florestal, que trata da recuperação de áreas degradadas e do plantio de novas florestas.

Eis aqui um tema da maior relevância para a agropecuária brasileira.

O Código Florestal, embora imperfeito, criou as condições para o compromisso dos agricultores com este importante segmento. Imperfeito porque os números estabelecidos no código (porcentagens de reserva legal e metragens para APP) são casuísticos, sem base científica adequada. Mas não importa, enquanto não se aperfeiçoa essa questão, o código estabelece as condições para um real compromisso dos produtores rurais com florestas a partir de dois itens principais: o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).

O CAR permitirá a legalização de todas as propriedades rurais do país, acabando com os problemas do passado. E o PSA é um ponto de partida para a monetização dos investimentos dos produtores rurais em florestas.

Esses dois instrumentos constituem a porta de entrada de nossos produtores no capítulo florestal. Hoje já temos mais de 7 milhões de hectares de florestas plantadas e vamos crescer muito mais depois do Código Florestal.

Mas também isso não basta. A agropecuária precisa ir além, e pelo menos dois gigantescos programas precisam ser abraçados pelo setor.

Um primeiro que permita a recuperação dos 60 milhões de hectares desmatados e degradados da Amazônia, seja com reflorestamento, seja com a utilização racional da área com agropecuária, seja com a exploração sustentável da floresta.

O segundo é a recomposição florestal no entorno da Cantareira.

O terrível desastre da seca de 2014/2015 que determinou uma brutal redução do estoque de água da represa da Cantareira poderia ter sido mitigado em boa parte com a recomposição florestal das nascentes e beiras de rios, córregos e riachos da região. É fundamental revigorar esta área vegetal com o plantio de mais de 14 milhões de árvores pelos agricultores do entorno.

Em resumo, o agro brasileiro vai cumprindo sua tarefa quanto à segurança alimentar global, mas tem ainda muito que fazer dialogando com as florestas.

Afinal, a preocupação com a questão florestal já foi mais importante no imaginário brasileiro do que é atualmente, e precisamos resgatar este compromisso.

Segundo Eduardo Bueno em seu livro: “Capitães do Brasil: A Saga dos Primeiros Colonizadores”, Duarte Coelho, donatário da Capitania Hereditária da região hoje representada por Pernambuco, era defensor da preservação florestal. Diz Bueno na pág. 202: “Quando Coelho se instalou na colina, ela estava recoberta por densa mata, repleta de cajueiros, pitangueiras e

macaibeiras. Os coqueiros e as mangueiras, hoje tão características da paisagem de Olinda, são originários da Ásia e foram plantados ali pelos jesuítas, a partir de 1551. De toda forma, preocupou-se com a preservação das matas e, em requerimento enviado à câmara dos Vereadores de Olinda, em 17 de Março de 1537, proibiu o corte de certas árvores, determinando “sob pena posta em regimento” que “todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e das fontes” fossem “resguardadas”. Também proibiu que os colonos jogassem lixo nos rios e nas aguadas.”

Temos, pois, uma história neste tema...

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)